

DESCASO E REPRESSÃO, POLÍTICA PARA ENSINO PÚBLICO EM SP E PR

João Peres, Moriti Neto, Thiago Domenici
Jornalistas

Joka Madruga/Terralivrepress.com



Desde as décadas de 1980 e 1990, mandatários paulistas e paranaenses pouco dialogam com a categoria dos professores — e, no limite, reagem com violência a greves. Em 2015, duas efemérides ligadas à educação pública e avaliações pessimistas quando se fala de avanços nessas redes estaduais demonstram uma situação que parece interminável: de um lado, educadores reivindicam salários dignos, plano de carreira e melhor estrutura de trabalho; de outro, governantes fazem ouvidos moucos. Os exemplos do passado descortinam o que se vivencia no presente. A imagem acima mostra o início do ataque da PM aos professores em 29 de abril, em Curitiba

A Praça da República, no centro de São Paulo, abrigava aproximadamente 100 professores acampados em frente ao Colégio Caetano de Campos, sede da Secretaria Estadual de Educação (SEE). Pela manhã, uma faixa estampava a frase “Professores em greve acampados em defesa da escola pública, do emprego e do salário”. A ocupação era pacífica. A Polícia Militar mantinha uma viatura no local: “Estamos aqui, também, para garantir a segurança dos professores”. Horas depois, o cenário mudaria drasticamente. À tarde, na avenida Paulista, durante manifestação de servidores públicos estaduais, o movimento sofreria violenta repressão da Tropa de Choque: bombas de gás, balas de borracha e muitos feridos. Atingido por estilhaços, o professor Ronaldo Ferreira dos Santos perdeu um dos dedos da mão e o repórter-fotográfico Alex Silveira (que cobria a manifestação para o jornal *Agora SP*) recebeu um tiro de bala de borracha no olho esquerdo, que o deixaria cego. Ocorrido há 15 anos, durante uma greve que durou 43 dias, o episódio, se comparado aos eventos violentos mais recentes de 2015 envolvendo a categoria, demonstra que nem a situação do professorado nem os métodos do governo evoluíram.

Mário Covas (PSDB), que assumira o mandato em 1995, era um governador alinhado aos objetivos do governo federal, presidido pelo cor-religionário Fernando Henrique Cardoso. Covas tinha como meta “novas condições para o financiamento da educação”, e a “reforma educacional” teve como eixos descentralização, privatização e desregulamentação.

Nos anos seguintes, os professores sentiram as consequências. Numa condição paradoxal, a categoria passou a ser avaliada por mecanismos externos, como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), e internos, a exemplo dos testes de desempenho. Na esteira das mudanças, a carreira do magistério sofria com a rotatividade de educadores nas escolas, o alto número de alunos por sala de aula, a violência no cotidiano escolar, o arrocho salarial que obrigava a jornadas exaustivas e a criação da aprovação automática de alunos. A categoria ainda assistiu ao que o governo chamou de “reorganização da rede”, fechando 8 mil salas de aula em 105 escolas, com a demissão sumária de 22.629 professores, o que preparou o caminho da política de municipalização da educação, concretizada em 1996 com a instituição do Programa de Ação e Parceria Educacional Estado-Município.

A reforma transferiu para as prefeituras parte da responsabilidade pelo ensino fundamental, num movimento apelidado de “Jack, o estripador” pelo professor José Marcelino de Rezende Pinto, da Faculdade de Educação da USP de Ribeirão Preto. “Naquele momento, o Estado tinha uma rede pública única que receberia um aporte de muitos bilhões, o suficiente para estruturar uma rede que já tinha as condições básicas.”

A maioria das entidades da sociedade civil, especialmente na área sindical, foi contra a proposta, mas não conseguiu barrar o processo. As justificativas de natureza demo-

crática que sustentavam os discursos anteriores deram lugar às de natureza gerencial. “Como a política era municipalizar, o governo desmantela a rede, com impacto nos municípios menores, mais suscetíveis de pressão política, criando uma desestruturação. Hoje, há uma inversão: o Estado repassa quase R\$ 4 bilhões para os municípios”, avalia Marcelino.

“É complicadíssimo darmos aula para um aluno que não foi alfabetizado”, diz Guiomar Ferreira. “A aula é missa de corpo presente apenas, como se bastasse a presença física de professores e alunos”, comenta Ana Lúcia, que leciona para 16 salas com 45 alunos cada

Guiomar Ferreira, professora de Geografia da rede pública há 22 anos, também fixa essa divisão entre prefeitura e Estado como um marco fundamental para a precarização do ensino. “A prefeitura está preocupada só com a verba que vai receber e não com a educação. Há municípios em que há comprometimento. No meu, não há. É complicadíssimo darmos aula para um aluno que não foi alfabetizado”, diz a docente, que atualmente leciona para o ensino médio em Itanhaém, no litoral paulista.

Ao falar sobre os problemas em sua cidade, ela toca em outro ponto apresentado como solução no discurso tucano: a chamada “progressão continuada”, prevista pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, adotada em São Paulo por Covas sob a ideia de que a aprovação automática reduziria a taxa de evasão por evitar desestímulo dos alunos. O mecanismo pensado por educadores visa a respeitar o tempo de aprendizado de cada estudante, mas prevê que se passe por um processo contínuo de acompanhamento para monitorar pontos que devem ser alvo de melhoria. É raro encontrar um professor que se arrisque a dizer que esse projeto é devidamente implementado na rede pública paulista. “O aluno vai passando, passando, passando. Chega à quinta série com o mesmo problema da primeira”, constata Guiomar.

Ana Lúcia Aguiar, professora de sociologia no ensino médio em São José dos Campos, também é crítica à política educacional tucana. Ela se questiona como vai garantir atenção às potencialidades dos alunos “num cenário assim”. Responsável por 16 salas, que recebem, em média, 45 alunos, faz 32 horas de carga horária, mais 3 horas de Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), além de tarefas que leva para casa. “Cada aluno é um caso, tem diferenciais. Só que, nessa situação, a gente faz de conta que dá aula e o aluno faz de conta que aprende”. Para a educadora, “a aula é uma missa de corpo presente apenas, como se só a presença física de professores e alunos bastasse”.

Presença física foi o que ofereceu Mario Covas. Em junho de 2000,



Professor José Marcelino (FFCLRP)

mesmo sob vaías, o então governador decidiu passar duas vezes pelo acampamento dos professores na Praça da República. Em retaliação às vaías recebidas, seguranças do tucano destruíram algumas barracas. Policiais usaram bombas de efeito moral contra os ativistas, que responderam com pedras, paus e laranjas. Atingido, Covas sofreu dois leves cortes, na testa e no lábio superior. Cinco professores foram presos. Outros quatro ficaram feridos.

Presidenta da Apeoesp à época, Maria Izabel Azevedo de Noronha, a Bebel, afirmou que a atitude do mandatário o fez sair “como vítima”. O desfecho não foi dos melhores. O que se viu em seguida foi a implementação da “política de bônus”, na qual gratificações de até R\$ 6 mil eram pagas aos docentes com “boa assiduidade”, situação que dividiu a categoria, dificultando a possibilidade de movimentos grevistas sólidos. Tal bonificação jamais foi incorporada aos salários e está na origem da polêmica “política de meritocracia” no ensino público, que prevê, ainda,

que os profissionais alcancem uma série de metas, o que inclui verificação das taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar de alunos.

Bebel, que reassumiu a presidência da Apeoesp em 2008 e segue à frente do sindicato, compara as mobilizações de 2000 e deste ano. “São greves históricas que provam, por um lado, a força do movimento dos professores e, por outro, demonstram a continuidade da má gestão do Estado de São Paulo.” A dirigente sindical avalia que Geraldo Alckmin (que foi vice de Covas) conserva uma postura truculenta em relação aos professores, algo que, segundo ela, ficou evidente na maior greve da história da categoria. “Durante 92 dias, o governo limitou-se a atacar a Apeoesp e a renegar o movimento, mesmo diante de todas as evidências da insatisfação.” De fato, o governador declarou não existir greve: “Os professores estão dando aulas e, os alunos, estudando”.

No Paraná, o governo de Alvaro Dias (1988) é autor de uma agressão histórica à categoria, ao jogar sobre ela a cavalaria da PM. Mas as tropas do também tucano Beto Richa (2015) produziram verdadeiro massacre: 170 feridos, muitos com gravidade



Assembleia da Apeoesp no MASP, em São Paulo



Bebel, presidente da Apeoesp

Como ficou demonstrado na greve dos professores paranaenses deste ano, a atitude dos governos do PSDB não se limita a São Paulo. Além da violência perpetrada pela atual administração de Beto Richa em abril, outra data simboliza o histórico de conflagrações no Estado. Em 1988, Alvaro Dias, hoje senador peessedebista, comandava o executivo, e uma greve entrava para a história pela agressividade do desenlace. No dia 30 de agosto, policiais militares avançaram com cavalos, cães e bombas de efeito moral contra uma multidão que protestava por melhores salários e condições de trabalho na Praça Nossa Senhora de Salette, em Curitiba. A repressão deixou dez pessoas feridas e resultou na prisão de cinco manifestantes.

A greve durava duas semanas sem que o governo e a Associação dos Professores do Paraná (APP) chegassem a um acordo. O pico de insatisfação veio com uma passeata da Praça Rui Barbosa até o Centro Cívico. Os docentes planejavam pro-

testar em frente ao Palácio Iguazu, mas a polícia fez um cordão de isolamento. As agressões não demoraram a ocorrer. Enquanto os professores lembram a data pelas marcas da violência estatal, Alvaro Dias nega a repressão e afirma que o sindicato “usou a manifestação politicamente”. Em declaração ao jornal paranaense *Gazeta do Povo*, em 2013, chegou a minimizar a intensidade do ataque da polícia: “Se compararmos com tumultos recentes, aquilo vai parecer uma brincadeira.”

Se a cavalaria deixou um rastro de brutalidade em 1988, o grau de violência com Beto Richa em 2015 foi ainda pior. Na luta por reajuste salarial e contra o projeto do governador que modifica a previdência dos funcionários públicos estaduais, 15 mil manifestantes — segundo a associação dos professores — foram atacados por disparos de balas de borracha, *spray* de pimenta, bombas de gás e mordidas de cães da PM. “O ataque que a gente sofreu marca uma página da história do

Estado que não tinha sido escrita”, avalia Hermes Silva Leão, presidente da APP-Sindicato. Para ele, o confronto caracterizou um governo com um “traço de ditadura”. Ao menos 170 pessoas ficaram feridas, muitas com gravidade. Os docentes mantiveram uma greve de 45 dias e a repercussão das ocorrências derubou os secretários de Educação, Fernando Xavier, e de Segurança, Fernando Francischini.

“Hoje, temos uma democracia muito mais consolidada do que tínhamos em 1988, o que torna esse rompimento de agora (pelo governo Beto Richa) muito mais grave”, enfatiza o professor Marcos Ferraz, integrante do Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em meio à repressão e a protestos, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto que transfere do governo estadual para um fundo dos servidores públicos a responsabilidade pelas aposentadorias de 33.556 beneficiários com 73 anos ou mais.



Hermes Leão, presidente da APP



Flagrantes da brutalidade policial no Paraná

Estudo da OCDE revela que o Brasil paga segundo pior salário para professor entre os 44 países pesquisados. A nossa média de US\$ 10.375 é 3 vezes inferior à média das pesquisadas. Ficamos atrás até de quem também adotou receitas neoliberais: Chile (US\$ 17.770) e México (US\$ 15.556)

Em âmbito nacional, nos últimos anos, o financiamento e a organização da educação apresentaram avanços graças a decisões do Legislativo e do Executivo. Ainda que quanto a todas elas possa haver poréns, o Plano Nacional de Educação (PNE),

a lei 11.738, de 2008, que fixa o piso salarial dos professores do magistério e a lei que destina ao setor parte considerável da arrecadação com royalties do petróleo da camada pré-sal são indicadores desse cenário. Se crescem os recursos disponíveis, a vontade de aplicação e o destino nem sempre seguem o caminho anсиado por trabalhadores da área.

Estudo feito pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que, entre 44 países, o Brasil paga o segundo pior salário para o

professor. A média de US\$ 10.375 é três vezes menor que a auferida entre as nações pesquisadas e fica seis vezes abaixo do que é pago em Luxemburgo, com US\$ 66 mil ao ano, segundo dados coletados em 2012 e reunidos em pesquisa divulgada no ano passado. Até mesmo quando comparado a países que adotaram receituários neoliberais na seara educacional, o Brasil fica bem atrás: US\$ 17.770, no Chile, e US\$ 15.556, no México.

“O professor é desprestigiado de longa data, tanto socialmente

Daniel Garcia



Professor Rubens Camargo (FE)

quanto economicamente e, não tenho dúvida, reverter isso demanda uma política de valorização”, diz Rubens Barbosa de Camargo, professor da Faculdade de Educação da USP. Entre 20 metas, o PNE define que o salário dos docentes do magistério deve ser equiparado à média garantida a outros servidores públicos de nível superior até 2020. “As elites do nosso país nunca apostaram numa educação das massas de qualidade, nunca pensaram que a educação servisse para formar cidadãos, para que se tivesse uma melhoria da própria sociedade. Enxergam a educação pública como provedora de *mão de obra*”, diz Camargo, ex-secretário municipal da Educação de São Carlos.

Outro instrumento legal mostra como discurso e prática se divorciam quando o assunto é educação. Governadores de vários Estados apresentaram duas ações tentando derrubar parte das obrigações previstas na lei 11.738, também conhecida como Lei Nacional do Piso do Magistério. Na primeira, perderam. Agora, esperam que o Supremo Tribunal Federal os desobrigue de

garantir a valorização monetária da carreira docente. Estudo feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) mostra que sete Estados ignoram a legislação e outros 14 a descumprem parcialmente. São os casos de São Paulo, que paga o valor correto, mas não respeita a necessidade de o professor dedicar um terço da jornada a atividades extraclasse, e do Paraná, que não paga o mínimo estabelecido — atualmente R\$ 1.917,78, na tabela do Ministério da Educação.

O resultado está refletido em outro relatório, que foi elaborado em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Apesar da entrada de 220 mil profissionais da educação todos os anos no mercado de trabalho, não há sinais de excesso de oferta de força de trabalho entre professores dos ensinos básico a médio, pois muitos desistem da carreira.

Salas superlotadas, alunos carentes de conhecimentos básicos e baixo nível de infraestrutura eram, são e possivelmente continuarão a ser problemas frequentes. Mas a situação tem piorado. “A gente não consegue dar atenção individualizada. É educação a toque de caixa”

Os relatos sobre a falta de condições de trabalho são conhecidos há anos. Salas superlotadas, alunos carentes de conhecimentos básicos e baixo nível de infraestrutura eram, são e possivelmente continuarão a ser problemas frequentes (vide, por exemplo, *Revista Adusp* 38, de 2006: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/38/r38a01.pdf>). Novo, ou relativamente novo, é o cenário global de transformações aceleradas frente ao qual uma situação ruim fica pior. “A gente não consegue dar atenção individualizada. É uma educação a toque de caixa”, avalia Bianca Lunna, professora de sociologia no ensino médio.

Há cinco anos na rede pública estadual de São Paulo, ela se depara com questionamentos comuns entre colegas: até quando vale a pena continuar? “Foi o meu mais efetivo engajamento político, acredito, para oferecer uma visão de mundo, uma transformação social, mas eu confesso que estou bem desencantada”, contou, durante uma das assembleias da última greve da categoria. “Porque a gente é tratado como lixo e porque esse modelo de escola funciona para não funcionar”.

Em termos de danos à implementação de projetos pedagógicos sólidos, nada é mais nocivo do que a precarização da força de trabalho, avalia o IPEA. O estudo “Subsídios e proposições preliminares para um debate sobre o magistério da educação básica no Brasil” constata que professores temporários ou terceirizados chegam a 1/4 do total nas redes públicas esta-

duais e municipais, superando os 40% em física e química.

Lilian Barbosa lança um olhar de resignação sempre que perguntada sobre o futuro como professora. “Se não tivesse esse outro trabalho, não sei como estaria agora”, diz, durante uma conversa na praça de alimentação do *shopping* em que trabalha, na zona sul de São Paulo. Aos 37, a balança de Lilian oscila entre duas paixões: a beleza e a educação. Nos últimos tempos, o *design* de sobancelhas tem vencido a disputa ao oferecer estabilidade e melhores rendimentos.

Lilian fez parte dos mais de 112 mil professores não concursados (temporários ou eventuais) ante os 139 mil efetivos, segundo dados do ano passado. Em São Paulo, o índice chegou a ser de 73,9% de não concursados em 1999, no governo Covas. Atualmente, está em 44,7%, menor patamar da história. A contratação de funcionários temporários pelo Executivo estadual é sustentada na Lei Complementar 1.093, de 2009, que diz que os professores são uma categoria à parte, com possibilidades quase irrestritas de abertura de contratos com duração de até 24 meses. Sempre que houver aulas disponíveis, salas precisando de docentes ou cargos não preenchidos por concurso, pode-se apelar aos temporários. A legislação deixa claro que esses servidores têm apenas dois direitos: décimo-terceiro salário e pagamento de férias proporcionais. Questionamentos enviados pela reportagem às secretarias de Educação de São Paulo e Paraná

não foram respondidos até o fechamento deste texto.

Uma das grandes queixas dos educadores temporários em São Paulo diz respeito à “duzentena”, prazo de 200 dias ao término do contrato no qual o professor não pode estabelecer novo vínculo com o poder público. “Você fica mais desmotivado ainda”, diz Lilian Barbosa

Uma das perguntas, no caso do órgão paulista, dizia respeito ao levantamento inédito do metrando em Educação pela USP José Quibao Neto. O pesquisador identificou que o Estado não só não conseguiu diminuir o número de não concursados em quase duas décadas, como o histórico dos temporários demonstra que “a anomalia da excepcionalidade é a regra”, já que a Constituição de 1988 prevê aprovação em concurso público. Os seis processos de seleção realizados em São Paulo entre 1999 e 2014 efetivaram somente 83 mil professores.

Uma das grandes queixas dos educadores temporários diz respeito à chamada “duzentena”, prazo de 200 dias ao término do contrato no qual o professor não pode estabelecer novo vínculo com o poder

público. Ou seja, um trabalhador dispensado em dezembro só poderá voltar a assumir aulas entre julho e agosto. “Você fica mais desmotivado ainda. Sem contar que, se começo a trabalhar em junho, só vou receber daqui a três meses”, diz Lilian. Formada em Letras no ano de 2009, ela esperou até 2011 para buscar trabalho como professora eventual, atividade que exerceu até 2012.

Nos dois anos seguintes, foi integrante da chamada categoria “O”, designação oficial que se dá aos professores temporários. O contrato foi encerrado em dezembro passado, com duzentena terminada em julho de 2015. Como o vínculo começa a contar no prazo de 24 meses a partir do ano em que foi estabelecido (não do mês), Lilian não tem intenção de buscar agora um novo trabalho como docente. “Vou ver o que vai ser da minha vida para decidir se fico na educação ou não. Porque viver nessa instabilidade é difícil”, constata.

Categoria “O” em São Paulo, “PSS” ou Processo Seletivo Simplificado no Paraná. As nomenclaturas mudam, o quadro de precarização é parecido. No Paraná, o sindicato da categoria calcula em 25% a faixa de docentes temporários. No final do ano, o governo Richa deixou de pagar salários dos professores contratados pelo PSS. “É horrível”, define Sonia Rosa Pires. Professora concursada em São Paulo durante 17 anos, ela se mudou para Alto Paraná, no noroeste paranaense, há três anos. Nos dois primeiros, antes de ser

Fotos: Daniel Garcia



Professora Bianca Lunna

aprovada em concurso, teve de se submeter à condição de temporária. “É lamentável porque a gente tem que fazer uma inscrição *online*, colocar a documentação necessária. E conforme vão surgindo as necessidades no ano letivo é que eles vão chamando os professores por ordem de pontuação. No final do ano, você é cortado do sistema e fica sem receber.”

Num dos anos, Sonia foi chamada para trabalhar apenas em abril. Mesmo agora, como concursada, ela se depara com o desânimo trazido pelas condições de trabalho dentro da sala de aula e pela baixa remuneração. “Era um sonho e foi o que eu segui. Gosto muito de escola, de estudar, de ficar em constante aprendizado, gosto de ler, de escrever”, afirma. “Estou pensando em fazer um curso de modelista e estilista. Minha mãe é costureira. Se der certo, vou mudar de ramo, sim. A tendência é piorar cada vez mais”.



José Quibao Neto

Os relatos coincidem com algumas análises e estudos que indicam que a profissão tem, cada vez mais, se tornado um “bico”.

Ações individuais contra a “duzentena” resultaram em liminares contra o governo estadual. A Apeoesp quer mais concursos e limite de 10% de temporários na rede. Enquanto forem temporários, “eles devem ter assegurada a dignidade no exercício da profissão”, diz Bebel

Na falta de avanços na negociação com o governo de São Paulo, representantes sindicais têm

estimulado os professores a ingressar com ações individuais contra a duzentena. Nos primeiros cinco meses do ano, ações movidas em cinco cidades resultaram em concessão de liminar para que os professores cumprissem apenas quarenta dias de afastamento, prazo considerado normal para o serviço público. Nas decisões, juízes manifestaram que o impedimento ao trabalho por duzentos dias cria uma situação que fere os princípios básicos da igualdade. A Apeoesp quer concursos mais frequentes. “Os professores temporários deveriam ser limitados a 5% ou 10% do total de efetivos e os concursos deveriam ter uma periodicidade menor. Enquanto permanecem como temporários, eles devem ter assegurada a dignidade no exercício da profissão”, diz Bebel.

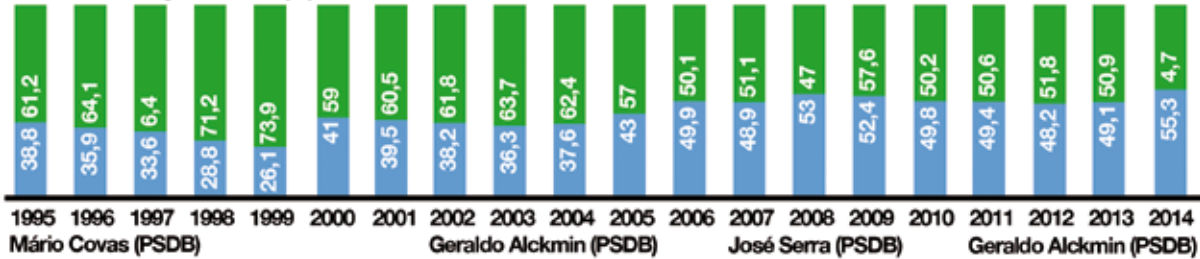
Camila Lisboa é professora há dois anos. Crescida e formada na rede pública paulista, entendeu que lecionar no sistema gratuito e aberto a todos seria uma maneira de retribuir à sociedade e de utilizar a educação como um instrumento de transformação social. “Mas, quando a gente chega na escola, a realidade é bem difícil. Você tem salas superlotadas, crianças em situação social delicada. Aí você começa a entender por que tantos professores adoecem”, admite.

No primeiro ano de profissão, integrou a lista de profissionais da categoria O. “A gente não pode ter falta. Você fica à margem. As condições de trabalho são ruins, ganha-se pouco”, afirma. Ser tem-

TEMPORÁRIOS E EFETIVOS NA REDE DE ENSINO (SP)



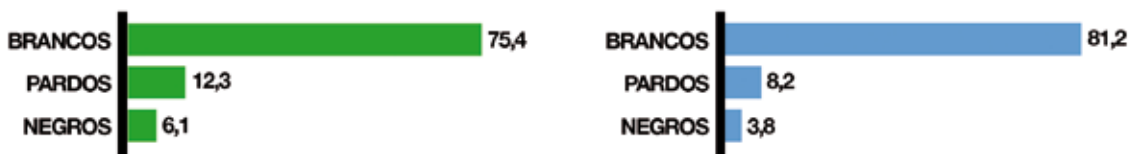
Relação entre professores temporários e efetivos ao longo dos anos (%)



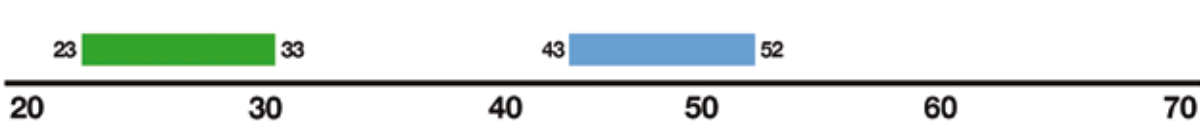
Gênero (% por categoria)



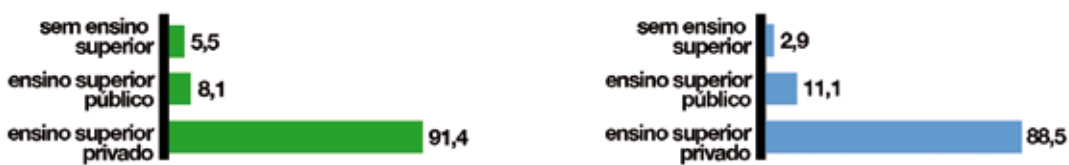
Cor da pele (% por categoria)



Faixa etária (intervalo de anos por categoria)



Escolaridade e instituição de ensino (% por categoria)



FONTE: levantamento elaborado pelo pesquisador e mestrando em Educação pela USP, José Quibao Neto com base em fontes como o Cadastro Funcional da Educação – CGRH, Boletim de Acompanhamento Pessoal de 2012 (inclui afastados da docência; mês de referência, outubro), Microdados do Censo Escola de 2011 a 2014. FOTOS: APEOESP. GRÁFICOS: Mariana Zito.

porário é um problema para começar o contrato, outro para terminar. “Primeiro, o pessoal efetivo faz atribuição. O que sobra vai para quem é contratado. Chega a ser humilhante. Vai um monte de gente numa escola, fica o dia inteiro para talvez ter aula, talvez não. Chega de manhã e sai de lá à noite”.

Outro levantamento ainda inédito, realizado pelo mestrando em educação João Batista Silva dos Santos, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), mostra que, se todos os docentes fossem concursados, os investimentos do governo estadual em folha de pagamento subiriam em torno de 10%. Num recorte específico, que exemplifica a situação, Batista explica que, no mês de outubro de 2013, “o Estado poupou R\$ 63 milhões ao manter o percentual de professores temporários na rede, o que representa em um ano o equivalente a mais de R\$ 750 milhões”.

Obviamente, a recente contratação de professores na rede paulista não significa que as condições salariais sejam excelentes. Longe disso. “Quando os governos começam a acertar um pouquinho mais a questão do piso, fazem isso à custa de dois movimentos: ou do achatamento da carreira, o que acontece em São Paulo, ou do uso de professores precários”, avalia Rubens Camargo, da USP. Criado em 2010, o Programa de Valorização do Mérito garante reajustes acima da média para uma cota de docentes que consegue os melhores desempenhos em uma avaliação aplicada anualmente.

Para que fosse cumprido de imediato o PNE, os professores da rede estadual deveriam ter direito a uma remuneração equivalente à média do funcionalismo público estadual paulista, hoje em R\$ 4.247, o que implicaria um reajuste de 75,33%

Na última edição, o programa contemplou 10,7 mil professores, diretores e supervisores. “Passei na prova do mérito, mas isso não é certo. Quando houve a primeira prova, deu 25% de aumento só para 20% dos aprovados. Aí começou a divisão, inclusive com posturas preconceituosas dos próprios colegas”, lamenta Filomena Leal, professora de Geografia na rede pública há quase duas décadas.

Nos cálculos do governo estadual, a valorização máxima para aprovados nas políticas de avaliação é de 45% entre 2011 e 2014. Um professor de ensino médio que recebia R\$ 1.655 chegou a R\$ 2.415 em 2014, segundo a Secretaria de Educação, quase R\$ 600 a mais em comparação com a média dos profissionais em exercício na mesma função.

Ao fazer os cálculos, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) concluiu que a recuperação do poder de compra de 1998 para os professores como um todo, sem separação entre abonados e desabonados, de-

mandaria que o reajuste em 2015 fosse de 19,6%, no geral, e de 24,4%, no caso específico dos professores que lecionam até a quinta série do ensino fundamental. Em valores atualizados, o salário médio do segmento equivaleria a R\$ 1.946 para uma jornada de 30 horas-aula semanais, frente a uma realidade de R\$ 1.565. Além disso, o Dieese avalia que a média da remuneração do quadro do magistério da rede estadual não satisfaz as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças).

A Apeoesp, considerando a média geral da categoria, fala em salário de R\$ 2.422 para uma jornada de 40 horas semanais. Mas, para que fosse cumprido de imediato o PNE, os docentes deveriam ter direito a uma remuneração equivalente à média do funcionalismo público estadual, hoje em R\$ 4.247, o que implicaria um reajuste de 75,33%.

O desestímulo criado pela situação aquém do esperado é verbalizado por praticamente todos os professores. E é ainda mais claro no caso daqueles que atuam também nas capitais. Um profissional da educação no estágio mais alto da carreira pode receber R\$ 8.400 na rede municipal, salário inalcançável para um professor da rede estadual. “Então, se invisto na minha formação, vou ter um retorno. No Estado, não. Tenho pós-graduação, tenho cursos de especialização e isso não me dá uma condição melhor de trabalho”, reclama Luciana Ferreira, professora da rede estadual há 22 anos.

Se depender de Alckmin e Richa, Luciana, Bianca, Filomena, Sonia e Guiomar terão mesmo de procurar outros lugares para promover educação de qualidade.